

PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NO ANO 2022

FARMÁCIA

(ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO HOSPITALAR E VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

LEIA COM ATENÇÃO:

01. A prova terá duração de 3 (três) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. **É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno** que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Políticas Públicas do SUS	01 a 10
Específico do Curso	11 a 40

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Abraço é o encontro de dois corações."

05. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.**
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
08. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
09. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
10. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
11. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
13. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
14. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. De acordo com o Art. 194 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos:
- (A) à saúde, à previdência e à assistência social
 - (B) à saúde, ao bem-estar e à assistência social
 - (C) à previdência social, à assistência e à equidade
 - (D) à assistência, à universalidade e à previdência social
02. Com base no Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, além de outras atribuições, compete ao Sistema Único de Saúde, nos termos da Lei:
- (A) participar da formulação de ações de vigilância sanitária e epidemiológica
 - (B) incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação
 - (C) colaborar na fiscalização e inspeção de alimentos, como bebidas e água para consumo humano
 - (D) ordenar e participar da formação de política de recursos humanos nas ações de saúde do trabalhador
03. Constantemente são veiculados pelas mídias assuntos ligados à saúde do cidadão. A Lei nº 8.080/90 atribui a competência de controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde à direção do Sistema Único de Saúde (SUS) na esfera de poder:
- (A) regional
 - (B) nacional
 - (C) estadual
 - (D) municipal
04. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o que diz o Art. 28 da Lei nº 8.080/90, os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, só poderão ser exercidos em regime:
- (A) de tempo parcial
 - (B) de tempo integral
 - (C) de tempo concomitante
 - (D) de dedicação exclusiva
05. Com base no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.080/90, as receitas geradas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), movimentadas pela sua direção, na esfera de poder onde forem arrecadadas, serão creditadas diretamente em contas:
- (A) públicas
 - (B) especiais
 - (C) vinculadas
 - (D) do tesouro
06. No que se refere ao processo de planejamento e orçamento do SUS, conforme o § 2º do Art. 36 da Lei nº 8.080/90, é vedada a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, na área da saúde, **EXCETO** em situações:
- (A) urgentes ou de emergência
 - (B) prioritárias ou de impedimento
 - (C) de necessidade ou de atenção
 - (D) emergenciais ou de calamidade pública
07. Segundo o § 3º da Lei nº 8.142/90, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação:
- (A) no Conselho de Ética
 - (B) na Secretaria de Saúde
 - (C) no Conselho Nacional de Saúde
 - (D) no Conselho Estadual de Saúde
08. O Art. 1º da Lei nº 8.142/90, em seu § 5º estipula que as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regimento:
- (A) interno, aprovadas pelo colegiado
 - (B) único, aprovadas por cada conselho
 - (C) específico, aprovadas pelos conselhos
 - (D) próprio, aprovadas pelo respectivo conselho
09. De acordo com o Art. 2º da Lei nº 8.142/90, os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados como investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do _____ e aprovados pelo Congresso Nacional.
- Essa frase fica correta ao se preencher a lacuna com:
- (A) Poder Legislativo
 - (B) Poder Executivo
 - (C) Ministro da Saúde
 - (D) Secretário de Saúde
10. De acordo com o Art. 4º da Lei nº 8.080/90, o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui:
- (A) a Secretaria de Saúde
 - (B) o Sistema Público de Saúde
 - (C) o Sistema Único de Saúde (SUS)
 - (D) o Sistema Administrativo de Saúde

ESPECÍFICO DO CURSO

11. No nível hospitalar, o sistema de distribuição de medicamentos feitos para cada paciente, de acordo com a prescrição médica, para um período de 24h, no qual a enfermagem continua a manipular os medicamentos é do tipo:
- (A) coletivo
 - (B) individual
 - (C) dose unitária
 - (D) misto ou combinado
12. Os fármacos diuréticos promovem um aumento na produção de urina (diurese). São diuréticos poupadores de potássio:
- (A) furosemida e hidroclorotiazida
 - (B) acetazolamida e clortalidona
 - (C) amilorida e espironolactona
 - (D) manitol e sorbitol
13. Os receptores pré-sinápticos que respondem à substância transmissora primária liberada pela terminação nervosa são chamados:
- (A) pré-receptores
 - (B) auto-receptores
 - (C) neurorreceptores
 - (D) módulo-receptores
14. Um antagonista competitivo dos benzodiazepínicos, com alta afinidade pelo local de ligação do receptor GABA_A, sendo utilizado como antídoto, é o:
- (A) tiopental
 - (B) zolpidem
 - (C) flumazenil
 - (D) fenobarbital
15. Agente antiplaquetário que reduz a agregação plaquetária pela inibição da via do difosfato de adenosina (ADP) das plaquetas. Trata-se de:
- (A) cilostazol
 - (B) clopidogrel
 - (C) abciximabe
 - (D) ácido acetilsalicílico
16. Um antidiabético oral do tipo sulfonilureia é:
- (A) o miglitol
 - (B) a metformina
 - (C) a pioglitazona
 - (D) a glibenclamida
17. Os medicamentos antibióticos podem ser classificados de acordo com seu mecanismo de ação. São inibidores da síntese da parede celular, inibidores da função do DNA e inibidores da síntese de proteínas, **respectivamente**:
- (A) amicacina, tigeciclina e meropenem
 - (B) azitromicina, oxacilina e clorafenicol
 - (C) metronidazol, clindamicina e vancomicina
 - (D) vancomicina, ciprofloxacino e estreptomicina
18. A RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais) é um instrumento fundamental de ação dentro do SUS, uma vez que representa o conjunto de medicamentos necessários ao tratamento e controle da maioria das patologias prevalentes no país. A RENAME possibilita:
- (A) orientar ações que permitam que os medicamentos considerados essenciais estejam sempre disponíveis; direcionar o desenvolvimento científico e tecnológico e a produção de medicamentos; direcionar a definição de listas de medicamentos nos âmbitos estadual e municipal, estabelecidas segundo critérios epidemiológicos
 - (B) orientar ações de forma a assegurar que os medicamentos considerados essenciais estejam sempre disponíveis; definir quais medicamentos são de responsabilidade municipal; desenvolver novas tecnologias; promover discussões para inclusões e exclusões de medicamentos no programa
 - (C) garantir a segurança do paciente no âmbito nacional; incentivar o uso racional de antibióticos minimizando a resistência bacteriana; impedir desvios na qualidade da terapia dos pacientes do SUS
 - (D) gerar indicadores de uso de medicamentos; classificar por mecanismos de ação; promover ações que divulguem o uso racional de medicamentos
19. Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde) a ciência relativa à detecção, avaliação, compreensão e prevenção dos efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados a medicamentos, como queixas técnicas, erros de medicação, interações medicamentosas, reações adversas a medicamentos (RAM) e uso *off label* é a:
- (A) farmacovigilância
 - (B) farmacodinâmica
 - (C) farmacoeconomia
 - (D) farmacoepidemiologia
20. A ciência da saúde, cuja responsabilidade é assegurar, mediante a aplicação de conhecimentos e funções relacionadas ao cuidado dos pacientes, que o uso de medicamentos seja seguro e apropriado, denomina-se:
- (A) farmacoterapia
 - (B) farmácia clínica
 - (C) farmacovigilância
 - (D) farmacoepidemiologia
21. Um efeito adverso muito frequente dos inibidores da enzima conversora de angiotensina é:
- (A) sudorese
 - (B) taquicardia
 - (C) tosse seca
 - (D) aumento da pressão arterial

22. O ciclo de Deming ou ciclo PDCA é uma ferramenta utilizada como instrumento para gestão da qualidade, que permite visualizar e entender os problemas, propor soluções e monitorar processos por intermédio de quatro ações básicas, a saber:
- (A) promover, doar, criar, agir
 - (B) pedir, doar, construir, avaliar
 - (C) planejar, fazer, verificar, atuar
 - (D) planejar, desenvolver, criar, avaliar
23. Os medicamentos termolábeis são sensíveis à ação da temperatura e, por isso, devem ser armazenados numa faixa de temperatura, em graus centígrados:
- (A) até 25°
 - (B) até 30°
 - (C) entre 2° e 25°
 - (D) entre 2° e 8°
24. Fármacos antídotos de paracetamol, morfina e atropina são, respectivamente:
- (A) AAS, petidina, heparina
 - (B) dipirona, flumazenil, protamina
 - (C) tiopental, diazepam, vitamina K
 - (D) N-acetilcisteína, naloxona, fisiostigmina
25. Na farmácia hospitalar, o farmacêutico tem maiores possibilidades de atuar em comissões internas como:
- (A) CCIH, educação continuada, equipe multidisciplinar e seção clínica
 - (B) comissão de farmácia e terapêutica, CCIH, TN e Terapia Antineoplásica
 - (C) comissão de eventos, segurança do trabalho, comissão organizadora e TN
 - (D) comissão de óbito, comissão de compras, núcleo de segurança do paciente e CCIH
26. A Portaria n.º 344, de 12 de maio de 1998, aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, que são organizados em listas específicas. Após uma consulta em um ambulatório de hospital municipal do SUS, foi prescrita a seguinte medicação: Fenobarbital 100mg duas vezes ao dia. De acordo com a Portaria citada, a lista, a quantidade máxima de comprimidos que podem ser dispensados por receita e a cor da receita para dispensação do fenobarbital devem ser, respectivamente:
- (A) lista B1, 120 comprimidos e cor azul
 - (B) lista C1, 360 comprimidos e cor azul
 - (C) lista B1, 360 comprimidos e cor branca
 - (D) lista C1, 120 comprimidos e cor branca
27. A notificação de receita é o documento que, acompanhado de receita, autoriza a dispensação de medicamentos à base de substâncias constantes das listas "A1", "A2", "A3", "B1", "B2", "C2" e "C3" da Portaria n.º 344 de 12 de maio de 1998. Sobre essa Portaria e suas atualizações, pode-se afirmar que:
- (A) a receita será retida pela farmácia ou drogaria e a notificação de receita devolvida ao paciente devidamente carimbada, como comprovante do aviamento ou da dispensação
 - (B) a notificação de receita "B" poderá conter no máximo 5 (cinco) ampolas e, para as demais formas farmacêuticas, a quantidade para o tratamento correspondente a no máximo 30 dias
 - (C) a notificação de receita "B", de cor azul, terá validade por um período de 30 dias contados a partir de sua emissão e somente dentro da unidade federativa que concedeu a numeração; ficam, porém, as farmácias ou drogarias obrigadas a apresentar dentro do prazo de 72 horas, à autoridade sanitária local, as receitas de controle especial procedentes de outras unidades federativas
 - (D) a notificação de receita especial, de cor branca, para prescrição de medicamentos à base de substâncias constantes da lista "C2", terá validade por um período de 60 dias contados a partir de sua emissão e somente dentro da unidade federativa que concedeu a numeração; ficam, porém, as farmácias ou drogarias obrigadas a apresentar dentro do prazo de 72 horas, à autoridade sanitária local, as receitas de controle especial procedentes de outras unidades federativas
28. Segundo a Lei n.º 13.021/2014 que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, transformando as farmácias e drogarias em unidades de prestação de assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva:
- (A) é obrigatório ao farmacêutico notificar os profissionais de saúde e os órgãos sanitários competentes, bem como o laboratório industrial, dos efeitos colaterais, das reações adversas, das intoxicações, voluntárias ou não, e da farmacodependência observados e registrados na prática da farmacovigilância
 - (B) não é obrigação do farmacêutico proceder ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes, internados ou não, em estabelecimentos hospitalares ou ambulatoriais, de natureza pública ou privada
 - (C) no âmbito da assistência farmacêutica, não é obrigatório as farmácias de qualquer natureza requererem, para seu funcionamento, a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado na forma da lei
 - (D) é permitido ao fiscal farmacêutico exercer outras atividades profissionais de farmacêutico, ser responsável técnico ou proprietário ou participar da sociedade em estabelecimentos farmacêuticos

29. De acordo com as definições extraídas da Resolução - RDC nº 16, de 2 de março de 2007- ANVISA, que aprova o Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos, é correto definir medicamento genérico como aquele que é:
- (A) fabricado com o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, sendo equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca
 - (B) comercializado no mercado nacional composto por, pelo menos, um fármaco ativo, sendo que esse fármaco deve ter sido objeto de patente, mesmo já extinta, por parte da empresa responsável por seu desenvolvimento e introdução no mercado do país de origem, ou o primeiro medicamento a descrever um novo mecanismo de ação, ou aquele definido pela ANVISA que tenha comprovado eficácia, segurança e qualidade
 - (C) similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI
 - (D) inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no país, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro
30. A Lei nº 5.991/73 dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos. Conforme essa lei, os dois tipos de estabelecimentos onde a dispensação de medicamentos é permitida são:
- (A) farmácias e postos de medicamento
 - (B) drogarias e lojas de conveniência
 - (C) supermercados e empórios
 - (D) hospitais e armazéns
31. A instalação de uma farmácia em um determinado local ou área requer autorização de órgãos responsáveis pela sua fiscalização. São documentos e procedimentos para regularização de uma farmácia:
- (A) certidão de regularidade técnica, alvará sanitário, matrícula do INSS
 - (B) alvará sanitário, contrato social, definição do tipo de natureza jurídica
 - (C) certidão de regularidade técnica, alvará sanitário, registro da empresa na junta comercial do estado
 - (D) certidão de regularidade técnica, licença da autoridade sanitária local, cadastro nacional de estabelecimentos de saúde (CNES)
32. São medicamentos constantes da Lista B1- Lista das substâncias psicotrópicas, sujeitas à notificação de receita "B":
- (A) zolpidem, fluoxetina, gabapentina
 - (B) clobazam, tramadol, bromazepam
 - (C) diazepam, clonazepam, escitalopram
 - (D) alprazolam, clonazepam e tiopental
33. Dentre os serviços farmacêuticos passíveis de serem prestados em farmácias ou drogarias, **NÃO** se inclui:
- (A) teste de refração ocular
 - (B) perfuração de lóbulo auricular para colocação de brincos
 - (C) aferição de parâmetro bioquímico como a glicemia capilar
 - (D) aferição de parâmetros fisiológicos como pressão arterial e temperatura corporal
34. Sobre os conhecimentos sobre a classificação ABC e XYZ, é correto afirmar que:
- (A) a classe C representa a menor quantidade de itens com o maior custo financeiro, que devem ser gerenciados com atenção especial
 - (B) os itens da classificação X não são imprescindíveis para a realização de um procedimento ou terapia; sua falta não afeta as rotinas vitais e podem ou não ter substitutos equivalentes
 - (C) a observação de itens de classificação B permite notar a possibilidade do aumento dos estoques de reserva, com maiores prazos para abastecimento, sendo que os controles podem ser mais flexíveis
 - (D) a falta de itens de classificação Y pode prejudicar a realização de atividades vitais, mas pode reverter-se em alteração momentânea nos procedimentos da rotina, paralisação ou redução das atividades; possuem substitutos ou equivalentes

35. No Brasil, a Assistência de Medicamentos, diretriz da Política Nacional de Medicamentos, envolve todas as etapas relacionadas ao medicamento. Para que ocorra sua efetiva implementação, criou-se um sistema básico norteador, denominado Ciclo da Assistência Farmacêutica, composto pelas etapas de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação, sendo a seleção a base de todo o processo (MARIN *et al.*, 2003). A seleção de medicamentos proporciona vantagens para o desenvolvimento de atividades administrativas e assistenciais de uma instituição pública ou privada. **NÃO** constitui uma dessas vantagens:
- (A) garantir que a qualidade e temperatura dos medicamentos permaneça dentro dos padrões ideais e cumpra a função de auxiliar nos tratamentos de saúde, sendo um fator imprescindível no ciclo da assistência farmacêutica
 - (B) padronizar condutas terapêuticas com base em evidências científicas, tornando impessoal a escolha da farmacoterapia e facilitando a comunicação entre os membros das equipes de saúde
 - (C) possibilitar maior eficiência do ciclo de assistência farmacêutica ao reduzir o número de produtos farmacêuticos que serão adquiridos, armazenados e distribuídos
 - (D) racionalizar os gastos com saúde, consequentemente otimizando os recursos disponíveis ao restringir o uso de medicamentos ineficazes e desnecessários
36. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Farmacovigilância é a ciência e as atividades relativas à detecção, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou quaisquer outros possíveis problemas relacionados a medicamentos. São questões relevantes para a Farmacovigilância:
- (A) desvios da qualidade de medicamentos, erros de medicação e notificações de perda da eficácia
 - (B) interações medicamentosas com substâncias químicas, outros medicamentos e alimentos e abuso de uso de cigarros
 - (C) avaliação de mortalidade relacionada com medicamentos, uso de medicamentos para indicações que não foram aprovadas e educação ambiental e desenvolvimento sustentável
 - (D) notificação de casos de intoxicação aguda por medicamentos, uso de medicamentos para indicações que não possuem evidência científica e experimentos realizados com a utilização de cobaias, a fim de produzir conhecimento científico aos seres humanos
37. Os antimicrobianos correspondem a uma das classes de medicamentos mais consumida em hospitais, ocupando o segundo lugar em alguns relatos (DUNCAN, 1998). A diferença em relação às outras classes de fármacos é que os antimicrobianos são os únicos agentes que não afetam somente os pacientes que os utilizam, mas também afetam, de forma significativa, o ambiente hospitalar do ponto de vista de ecologia microbiana. A grande maioria dos médicos costuma focalizar a atenção no paciente de forma individual e está raramente ciente dos efeitos ecológicos que os antimicrobianos ocasionam ao paciente, ao hospital e à comunidade.
- Nesse contexto, a farmácia hospitalar é parte importante no esforço de controle do uso de antimicrobianos, executando diversas atividades, **EXCETO**:
- (A) a divulgação do perfil de sensibilidade das bactérias
 - (B) a elaboração de tabelas de preços dos tratamentos com antimicrobianos
 - (C) a determinação do consumo mensal de antimicrobianos por unidades de internação.
 - (D) o fornecimento de dados para subsidiar a revisão, a atualização da padronização dos antimicrobianos pela CFT e CCIH
38. É **INCORRETO** afirmar, sobre a Orientação farmacêutica no âmbito do SUS, que:
- (A) o farmacêutico identifica o conhecimento prévio do paciente sobre os medicamentos que utiliza e promove educação nos pontos avaliados com algum problema
 - (B) é a descrição resumida do fluxo e da rotina das atividades realizadas na farmácia bem como a orientação dos recursos humanos e suas respectivas atribuições e responsabilidades
 - (C) trata-se de um serviço farmacêutico que tem por objetivo orientar o correto uso dos medicamentos pelo paciente que conseguiu o acesso e não todas as informações necessárias ao processo
 - (D) para a realização do serviço de orientação farmacêutica, é importante que se atenda o paciente em local semiprivativo e que permita um diálogo sem interferentes auditivos ou que distraiam a atenção do usuário

39. Aprovada pela Comissão Intergestores e pelo Conselho Nacional de Saúde, a Política Nacional de Medicamentos tem como propósito assegurar à população o acesso aos medicamentos, resguardando os princípios de equidade e justiça social, garantindo a disponibilidade de produtos seguros, eficazes e de qualidade e promovendo o uso racional por parte dos profissionais de saúde e usuários. Com o pensamento voltado para a Política Nacional de Medicamentos, os gestores do SUS nas esferas do governo federal, estadual e municipal, atuando em estreita parceria, para assegurar o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, ao menor custo possível, devem concentrar esforços na viabilização de projetos balizados pelas seguintes diretrizes:
- (A) adoção da relação de medicamentos essenciais, participação social e promoção e recuperação da saúde
 - (B) promoção do uso racional de medicamentos, regulamentação sanitária de medicamentos e incentivo à participação social
 - (C) promoção do uso racional de medicamentos, garantia da regionalização das indústrias farmacêuticas e incentivo à participação social
 - (D) adoção da relação de medicamentos essenciais, desenvolvimento científico e tecnológico e desenvolvimento e capacitação de recursos humanos
40. Na gestão de suprimentos e custos hospitalares, os gestores das organizações de saúde necessitam se apropriar de instrumentos gerenciais adequados à administração dos recursos utilizados para a realização das suas atividades operacionais. A administração de materiais deve conciliar interesses dos usuários, da área financeira e de fornecedores e, para isso, utiliza técnicas cujas funções estão reunidas em grupos que são:
- (A) subsistema de normalização, subsistema de controle, subsistema de distribuição, subsistema de armazenamento
 - (B) subsistema de normalização, subsistema de controle, subsistema de aquisição e subsistema de armazenamento
 - (C) subsistema de seleção, subsistema de aquisição, subsistema de logística e subsistema de suprimentos
 - (D) subsistema de logística, subsistema de normalização, subsistema de aquisição e subsistema de armazenamento